

EDUARDO VIOLA

Junho 2014

As complexas relações entre Brasil e Ocidente

www.kas.de/brasilien/en/

A relação do Brasil com a civilização ocidental tem sido objeto de múltiplas reflexões e debates nas últimas décadas. O artigo focaliza o estado da questão nesse início do século 21.

Neste artigo, entende-se por Ocidente (atual) um tipo de civilização que combina os seguintes componentes: um sistema econômico de mercado com regulação estatal que incorpora parcialmente a dimensão da sustentabilidade ambiental; uma sociedade baseada no princípio do Estado de Direito, da igualdade de todos os indivíduos perante a lei; uma República com igualdade substantiva de oportunidades, por meio de uma educação básica de qualidade e gratuita para todos, mas também com uma concepção do indivíduo que destaca suas qualidades e interesses diferenciados e em tenso equilíbrio com aqueles da comunidade; um regime político baseado na democracia representativa e accountability; um baixo nível de corrupção, violência e criminalidade; uma cultura que valoriza a ciência e o humanismo como vetores centrais; e uma política externa orientada à construção da governança global na economia, na segurança, nos direitos humanos e no meio ambiente.

Penso que os EUA e a União Europeia estão no centro da civilização ocidental. Contudo essa centralidade é heterogênea. Os países nórdicos, Alemanha, Reino Unido, França e Holanda formam o núcleo desse centro, porque, nesses países, estão melhor desenvolvidas as características positivas do Ocidente do século 21. Já os EUA têm limitações em várias dimensões: uma democracia crescentemente disfuncional; um individualismo radicalizado e em conflito com os interesses coletivos; uma parte importante da sociedade privilegia a religião sobre a ciência e nega as evidências científicas da teoria da evolução e da mudança climática e, ainda, sua política externa não está orientada para a construção da governança global. O restante da Europa, como os EUA, tem limitações em alguns dos princípios da Ocidentalidade.

Desde a década de 1980, o Brasil vem integrando-se progressivamente à civilização Ocidental: a economia de mercado avançou sobre o estatismo; a sustentabilidade ambiental foi ganhando força nas elites e na população; a democracia estabeleceu-se e consolidou-se como regime político, mesmo que com baixa qualidade e alto nível de corrupção; o princípio da igualdade perante a lei avançou gradualmente, embora esteja longe de se tornar pleno, devido ao código de procedimento judicial permitir recursos infinitos a instâncias superiores aos que podem pagar bons advogados; e, ainda, o prestígio da ciência avançou na sociedade.

Já em outras dimensões o País está estagnado. Não existe igualdade substantiva de oportunidades, devido à precariedade do sistema de ensino público primário e secundário. Como consequência, uma parte majoritária da população continua sendo analfabeto funcional ou de baixo nível educacional. A criminalidade tem aumentado extraordinariamente em todas as cidades brasileiras. A política externa mantém-se ambígua com relação à construção da governança global: continua com um discurso fortemente soberanista; defende o princípio

EDUARDO VIOLA

Junho 2014

www.kas.de/brasilien/en/

de não intervenção nos assuntos internos de outros países, mesmo em situações de extremas violações dos direitos humanos; e defende que o Brasil seja tratado como um dos grandes da cena internacional e, simultaneamente, considera-se uma espécie de representante dos países em desenvolvimento.

Passando agora a analisar a relação do Brasil com o Ocidente como bloco político - cujo centro é a aliança americano/europeia - a situação é bastante mais complexa. Podem-se classificar as percepções e atitudes - nas elites e na sociedade brasileira em geral – com relação ao Ocidente como bloco político em quatro grupos, os primeiros dois globalistas e os últimos dois não-globalistas: Pró-ocidentais Radicais, Pró-ocidentais Moderados, Independentes Soberanistas e Antiocentrais Soberanistas.

Os Pró-ocidentais Radicais defendem uma política externa de forte alinhamento do Brasil com os EUA e a Europa Ocidental e, em geral, têm admiração pelo modelo do capitalismo americano. No caso de divergências entre aliados, tendem a defender as posições americanas. São uma pequena minoria das elites e da sociedade brasileira, embora com maior representação em alguns setores da economia, como o financeiro.

Os Pró-ocidentais Moderados consideram que o Brasil é definitivamente parte integrante da civilização ocidental pela sua história, sua cultura e os princípios de sua Constituição e seu sistema jurídico. A maioria prefere o modelo do capitalismo europeu e seu Estado de Bem-estar sobre o americano. Os Pró-ocidentais Moderados defendem uma política externa de promoção dos direitos humanos e de alinhamento (embora flexível) com as democracias. São críticos das políticas unilaterais dos EUA, preferem que qualquer intervenção em assuntos internos de outros países seja feita através do Conselho de Segurança da ONU, mas reconhecem que, às vezes, isso pode ser impossível, devido às posições da China e da Rússia. Consideram que o Brasil deve ter um papel de promoção da democracia nas Américas em convergência com México, EUA e Canadá. Valorizam a missão da OEA e são críticos do comunismo cubano e do Bolivarianismo de Chávez. Os Pró-ocidentais Moderados representam torno da metade da sociedade e uma parte majoritária das elites econômicas. A política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) correspondeu, em geral, a esta visão.

Os Independentes Soberanistas são favoráveis a um modelo econômico com forte participação do Estado e consideram que a política externa brasileira deve ser distanciada do Ocidente, em particular dos EUA. Eles vêm o Brasil como parte de um Sul Global e consideram que é necessário limitar o excessivo poder que o Ocidente tem no mundo. Com essa finalidade, procuram promover o aumento da interdependência do Brasil com outras grandes sociedades do Sul Global (particularmente China, Índia, Turquia, Indonésia e África do Sul) e são favoráveis a alianças frouxas - do tipo BRICS, G77 e BASIC – para contrapor ao poder ocidental. Na visão dos Independentes, o Brasil deve liderar a América do Sul, limitando o poder dos EUA e a influência mexicana. Os Independentes são fortemente soberanistas, contrários à promoção internacional dos direitos humanos e da democracia e apoiam moderadamente os regimes bolivarianos e o comunismo cubano. Os Independentes representam aproximadamente metade da sociedade, uma parte importante das elites diplomáticas, militares, políticas e culturais e uma parte minoritária das elites econômicas. A política externa dos governos Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2013) tem sido definida pelos Independentes.

Os Antiocentrais Soberanistas são favoráveis ao capitalismo de Estado e a estabelecer limitações à liberdade de imprensa, porque consideram a mídia brasileira contrária aos interes-

EDUARDO VIOLA**Junho 2014**www.kas.de/brasilien/en/

ses da nação e subserviente ao Ocidente. Este grupo considera que os interesses do Brasil são contrapostos aos interesses do Ocidente e defendem uma política externa brasileira de aliança com as outras potências do Sul Global, em particular China e Rússia. Na visão dos Antiocidentais, Brasil deve liderar a América do Sul em contraposição aos EUA e à Europa. Eles apoiam fortemente o comunismo cubano e os regimes Bolivarianos. Os Antiocidentais são uma pequena minoria nas elites e na sociedade, embora têm alguma influência na política externa dos últimos 10 anos.

Na minha opinião o progresso do Brasil depende do crescimento do poder e da legitimidade dos Pró-ocidentais Moderados, num nível tal que possam ter papel decisivo na definição tanto a política interna, quanto a política externa do país. De este modo o Brasil se transformaria num país que contribuiria valiosamente para a governança global em todas as dimensões. Isto pode acontecer no futuro devido ao desgaste da experiência governamental liderada pelo Partidos dos Trabalhadores nos últimos onze anos, que pode levar a uma alternância da coalizão no poder.